

**POLÍTICAS INDIGENISTAS NA REPÚBLICA BRASILEIRA:  
os livros didáticos de história e a lei 11.645/2008****Julia Maria TREVISAN [1]; Lericce de Castro GARZONI[2]****RESUMO**

Tendo em vista a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (lei 11.645/2008), a pesquisa buscou observar como temas relacionados às políticas indígenas elaboradas durante o período republicano brasileiro foram abordados nos livros didáticos direcionados ao Ensino Médio, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2018. A partir da seleção e análise desses livros, observou-se a ausência de abordagens sistemáticas dessa temática no período selecionado, o que indica grande distanciamento entre as pesquisas acadêmicas e os manuais didáticos, assim como a necessidade de recorrer a outros recursos no processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:**

História Indígena; História do Brasil; Ensino de História.

**1. INTRODUÇÃO**

Em 2008, a lei federal 11.645 alterou as diretrizes e bases da educação nacional, com a inclusão da obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na Educação Básica brasileira. No que tange especificamente à História Indígena, a grande maioria dos autores de manuais didáticos parece desconhecer ou negligenciar as pesquisas feitas nas áreas da História e da Antropologia e suas contribuições ao longo dos últimos decênios (GRUPIONI, 1996, p.434; MARIANO, 2006, pp.95-96). Segundo analistas, uma das principais lacunas dos livros didáticos em relação à temática indígena seria o fato de sempre focar a figura do indígena no passado, com destaque para o momento do primeiro contato com o europeu (GRUPIONI, 1996, p.427; MARIANO, 2006, p.82; CUNHA, 1992, p.11).

Tendo em vista a necessidade de aplicação das leis mencionadas e os desafios existentes em relação à produção do material didático, assim como a necessidade de pensar a História Indígena em sua relação com a atualidade, o principal objetivo da pesquisa desenvolvida foi fazer um levantamento de como políticas indigenistas, elaboradas ao longo do período republicano no Brasil, foram abordadas em coleções específicas dos livros didáticos de História direcionados ao Ensino Médio, aprovados pela PNLD.

O conhecimento de tais políticas pode abrir caminho para acompanhar a trajetória do contato entre indígenas e não indígenas ao longo da história recente do país, assim como observar representações, projetos e a própria agência dos povos indígenas nesse processo. Ao analisar os livros didáticos, observando suas possibilidades e suas lacunas, a pesquisa também buscou apontar

caminhos para um ensino de História Indígena mais crítico e efetivo, com vistas ao pleno cumprimento da lei de 2008.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Desde a década de 1990, o estudo sobre a presença indígena nos livros didáticos ocupa a atenção de pesquisadores (GRUPIONI, 1996 e MOTA e RODRIGUES, 1999). Em artigo recente sobre a representação de indígenas em livros didáticos direcionados ao Ensino Fundamental, a conclusão aponta que ainda há “preconceitos, simplificações, reducionismos, subestimando suas diferenças e contribuições para a cultura, a sociedade e a formação étnica brasileira, 'índios genéricos' do passado e, infelizmente, como povos atrasados e deslocados da contemporaneidade brasileira” (BEZERRA, 2017, p. 289). Outros trabalhos contemporâneos sobre representações indígenas nos livros didáticos apresentam conclusão semelhante (SANTIAGO, 2006 e SILVA, 2014).

Uma tendência comum nessas pesquisas, é acompanhar como temas relacionados aos indígenas foram apresentados ao longo do livro didático, ou seja, em diferentes períodos históricos. Recorrentemente, observa-se um destaque para a presença indígena no momento da chegada dos portugueses ao território que viria a se conhecido com Brasil, sendo que há ênfase para a ação europeia e a vitimização indígena (SILVA, 2014; WITTMANN, 2015, p.10). Ao encarar os livros como objeto de análise, focando um período histórico específico, o presente projeto busca mostrar essa história do contato em sua atualidade, enfatizando não apenas as ações do Estado em relação às populações indígenas, mas os conflitos e diálogos estabelecidos com elas, ou seja, destacando o papel dos índios como protagonistas de sua própria história.

## **3. MATERIAL E MÉTODOS**

Além do levantamento bibliográfico, foram selecionados e analisados livros didáticos direcionados ao Ensino Médio. Foram utilizados todos os livros da componente curricular de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2018, perfazendo um total de 13 coleções. Em cada coleção, foi selecionado o livro que abordava o período correspondente ao Brasil República, sendo que, na maior parte dos casos, esse recorte aparece no 3o. ano do Ensino Médio.

A partir dessa seleção, todos os livros foram analisados a partir do método de crítica documental. Foram observadas todas as referências feitas aos povos indígenas e, principalmente, às políticas indigenistas entre os anos de 1889 até os dias atuais, considerando as diferentes fases da República Brasileira (Primeira República de 1889 a 1930, Era Vargas de 1930 a 1945, República Populista de 1945 a 1964, Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 e República Nova de 1985 aos

dias atuais). Foi feito um levantamento dos assuntos abordados e da forma como apareciam nas publicações: corpo do texto ou seção específica, destaque ou complemento em relação ao período estudado, uso de imagens como documento ou como elemento ilustrativo, proposta de atividades. Também foi observado o posicionamento dos autores em relação ao discurso oficial: se há uma abordagem descritiva ou que suscite a reflexão dos alunos, se o foco recai sobre as ações do Estado ou sobre as percepções e ações dos indígenas.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

De forma geral, há referências muito esparsas aos povos indígenas e quase nenhuma menção às sobre as políticas indigenistas e sua recepção. Entre os livros analisados, oito fazem menção aos direitos conquistados pelos indígenas na Constituição de 1988 (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2016, p.253 e MOTA; BRAIKC, 2016, pp.230-231). Um deles inicia o capítulo intitulado “Brasil: a conquista da democracia” com uma atividade propondo uma reflexão sobre as “inovações importantes” da nova constituição:

A Constituição promulgada em 1988 incorporou inovações importantes em relação aos direitos indígenas. Em primeiro lugar, rompeu com a perspectiva assimilacionista (...). Também reconheceu que os índios não necessitam mais de um tutor para responder por eles na defesa de seus interesses e direitos. Além disso, reconheceu que os povos indígenas têm direitos às terras que habitam (...). (SANTIAGO; CERQUEIRA; PONTES, 2016, p.253)

Ainda que o trecho acima reconheça uma série de avanços do documento, sobretudo em relação à forma como os indígenas passaram a ser vistos em sua condição de autonomia, todo o texto é escrito a partir de noção de que a Constituição concede direitos, sem mencionar toda a mobilização do Movimento Indígena no momento de sua elaboração, ou seja, a luta por esse reconhecimento. Nas atividades, por outro lado, a reflexão proposta é muito pertinente, pois convida os alunos a discutirem se “o fato de os indígenas preservarem suas próprias formas de organização social, língua, tradições, costumes e crenças os impede de participação da vida política nacional da mesma maneira que um não índio?”, o que faz pensar sobre o exercício da cidadania. Outros livros, por sua vez, buscam destacar a questão da participação popular na construção desse documento (ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F., 2016, p.209; PELLEGRINI, M. C.; GRINBERG, K.; DIAS, A. M., 2016, pp.266-267 e VICENTINO, C.; VICENTINO J. F., 2016, pp.280-281)

Dentre os livros, chama atenção o volume 3 da coleção História, da editora Saraiva, no qual há um esforço para abordar as diferentes políticas indigenistas ao longo do tempo: a criação do Serviço de Proteção ao Índio na Primeira República (VAINFAS; FARIA; FERREIRA; SANTOS, 2016, p.30), a Marcha para Oeste na Era Vargas (VAINFAS; FARIA; FERREIRA; SANTOS, 2016, p.119), a criação do Parque Nacional do Xingu na República Populista (VAINFAS; FARIA; FERREIRA; SANTOS, 2016, p.205) e a Constituição de 1988 na República Nova (VAINFAS; FARIA; FERREIRA; SANTOS, 2016, p.259). Esse foi o único livro que apresentou, portanto, um

esforço de acompanhar essas políticas de forma mais sistemática e cuidadosa, o que ajuda os alunos a identificarem rupturas e continuidades, assim como se habituarem a pensar sobre os povos indígenas como sujeitos de ação no mundo contemporâneo.

## 5. CONCLUSÕES

De forma geral, observou-se a ausência de abordagens sistemáticas sobre as políticas indigenistas no período e no material selecionado, o que indica grande distanciamento entre as pesquisas acadêmicas e os manuais didáticos, assim como a necessidade de recorrer a outros recursos no processo de ensino-aprendizagem. A partir desses resultados, também é possível apontar a necessidade de métodos mais efetivos de avaliação ao longo do processo de escolha dos livros didáticos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. **Conexões com a História 3**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.
- BEZERRA, Ricardo Lima. O indígena no ensino de História: representações em uma coleção de livros didáticos para o Ensino Médio. **Educação Básica Revista**, v.3, n.2, 2017, pp.273-290.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. “Introdução a uma História Indígena” in \_\_\_\_\_ (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRUPIONI, L. D. Benzi. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.77, n.186, 1996.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX e XXI. **Mana [online]**. 2015, vol.21, n.2, pp.425-457.
- MARIANO, N. R. C. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura, Centro de Educação, UFPB, João Pessoa, 2006.
- MOTA, Lucio Tadeu e RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático. **História Ensino**, Londrina, v.5, 1999, pp.41-59.
- MOTA, M.; BRAIKC, P. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.
- PELLEGRINI, M. C.; GRINBERG, K.; DIAS, A. M. **Contato História 3**. São Paulo: Quinteto, 2016.
- SANTIAGO, L. A. S.; SABINO, M.F. Identidade e Representações: a imagem do índio nos livros didáticos de História. **Anais do XI Encontro Estadual de História: Mídia e Cidadania**. Florianópolis: ANPUH-SC, 2006.
- SANTIAGO, P.; CERQUEIRA, C.; PONTES, M. P. **Por dentro da História 3**. São Paulo: Escala Educacional, 2016.
- SILVA, Phábio Rocha da. A (in)visibilidade indígena no livro didático de História do Ensino Médio. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2014.
- VAIFAS, R; FARIA, S.; FERREIRA, J.; SANTOS, G. **História 3**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.
- VICENTINO, C.; VICENTINO J. F. **Olhares da História 3**. São Paulo: Editora Scipione, 2016.
- WITTIMANN, Luisa Tombini (org). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

---

[1] Bolsista BIC-Jr. FAPEMIG, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: julinhastartrevis@hotmail.com

[2] Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: lerice.garzoni@ifsuldeminas.edu.br.